



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I – CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA**

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E  
SOCIEDADE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE**

**CAMPINA GRANDE**

**2020**

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E  
SOCIEDADE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Mônica Barros da Nóbrega

**CAMPINA GRANDE**

**2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Saskya Goncalves de.  
A produção de conhecimento na Revista Serviço Social e Sociedade sobre os fundamentos da profissão na atualidade [manuscrito] / Saskya Goncalves de Lima. - 2020.  
29 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega , Departamento de Serviço Social - CCSA."  
1. Serviço Social. 2. Produção do Conhecimento . 3. Fundamentos do Serviço Social - Profissão. I. Título  
21. ed. CDD 361

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E  
SOCIEDADE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 03/12/2020

**BANCA EXAMINADORA**



Profª Drª Mônica Barros da Nóbrega  
(Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Thereza Karla de Souza Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Patrícia Crispim Moreira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Todo começo é difícil em qualquer ciência.”

Karl Marx

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO.....</b>	<b>09</b>
<b>3 A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E AS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>4 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL EM MEIO A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>17</b>
<b>5 OS ACHADOS DA PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE.....</b>	<b>22</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E  
SOCIEDADE SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE**

**THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE SOCIAL WORK AND SOCIETY  
MAGAZINE ON THE FOUNDATIONS OF PROFESSION TODAY**

Sáskya Gonçalves de Lima<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo é derivado da experiência como colaboradora no projeto de iniciação científica, intitulado de “SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS DILEMAS DOS FUNDAMENTOS, DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL” (2018 - 2021), que teve como um dos seus subprojetos intitulado “AS TENDÊNCIAS PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE”, do qual foi sistematizado os seus resultados para a elaboração deste trabalho. Vinculado ao PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEPB/CNPq - COTA 2018-2019. O referido artigo teve como objetivo principal analisar a produção de conhecimento na Revista Serviço Social e Sociedade sobre os Fundamentos da profissão na atualidade. Como objetivos específicos, buscou identificar a concepção de Fundamentos do Serviço Social brasileiro que prevalece na produção científica da área; e constatar qual o eixo (Fundamentos, Formação Profissional e Trabalho Profissional) vem sendo priorizado na produção científica da área. No universo de 246 artigos mapeados, apenas 02 deles atenderam a todos os critérios estabelecidos, compondo, assim, a nossa amostra. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na teoria social crítica, tendo como material empírico os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade no período de 2010 a 2017. Os resultados sugerem que sobre os Fundamentos do Serviço Social predomina a concepção pautada na História, Teoria e Método, além de está expressa a secundarização do tema. Dessa forma, considerando a pouca produção sobre o tema, a pesquisa se justificou, pois denuncia a necessidade de mais produções sobre a temática. Enfim, acredita-se que este artigo contribua para chamar a atenção para a necessidade de alargamento e aprofundamento da discussão sobre os fundamentos da profissão na agenda profissional, assim como estimular novas investigações, ampliando a visibilidade da temática e, assim, o seu estudo.

**Palavras-chaves:** Serviço Social. Produção do Conhecimento. Fundamentos do Serviço Social.

**ABSTRACT**

This article is derived from the experience as a collaborator in the scientific initiation project, entitled "BRAZILIAN SOCIALWORK: THE DILEMAS OF FUNDAMENTALS, TRAINING AND PROFESSIONAL WORK " (2018 - 2021), which had as one of its subprojects entitled " THE TRENDS PRESENT IN THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE BRAZILIAN SOCIAL WORK ON THE FUNDAMENTALS OF PROFESSION IN THE CURRENT ", from which its results were systematized for the elaboration of this work. Linked to the UEPB / CNPq INSTITUTIONAL SCIENTIFIC INITIATION PROGRAM -

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: saskyaliima@gmail.com.

QUOTA 2018-2019. The main objective of this article was to analyze the production of knowledge in the Revista Serviço Social e Sociedade on the Fundamentals of the profession today. As specific objectives, it sought to identify the concept of Fundamentals of Brazilian Social Work that prevails in the scientific production of the area; and verify which axis (Fundamentals, Professional Training and Professional Work) has been prioritized in the scientific production of the area. In the universe of 246 mapped articles, only 02 of them met all the established criteria, thus composing our sample. Methodologically, a bibliographical and documentary research was carried out, based on critical social theory, using the articles published in Revista Serviço Social e Sociedade in the period from 2010 to 2017 as empirical material. The results suggest that the Fundamentals of Social Service predominate in History, Theory and Method, besides the secondary aspect of the theme is expressed. Thus, considering the little production on the theme, the research was justified, as it denounces the need for more productions on the theme. Finally, it is believed that this article contributes to drawing attention to the need to broaden and deepen the discussion on the fundamentals of the profession in the professional agenda, as well as to stimulate new investigations, increasing the visibility of the theme and, thus, its study.

**Keywords:** Social Service. Knowledge Production. Fundamentals of Social Work.



## 1 INTRODUÇÃO

O referido Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), decorrente do projeto desenvolvido na iniciação científica, trata sobre a produção de conhecimento na Revista Serviço Social e Sociedade sobre os Fundamentos da profissão na atualidade. Para chegar a tanto, se fez necessária o debate sobre os fundamentos da profissão na atualidade, à discussão sobre a contrarreforma do ensino superior, que acaba por afetar consideravelmente os cursos de Serviço Social, e a discussão sobre a produção de conhecimento na área.

O nosso objetivo geral foi analisar a produção do conhecimento sobre os Fundamentos da profissão, principalmente no maior e mais antigo periódico da categoria, a Revista Serviço Social e Sociedade, considerando-a como uma totalidade social, inserida no contexto atual da contrarreforma do ensino superior. Destarte, os objetivos específicos se concentraram em identificar a concepção de Fundamentos do Serviço Social brasileiro que prevalece na produção científica da área; e constatar qual o eixo (Fundamentos, Formação Profissional e Trabalho Profissional) vem sendo priorizado nesta mesma produção.

A aproximação com a temática se deu através da inserção como colaboradora no Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado de “SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: OS DILEMAS DOS FUNDAMENTOS, DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL” (Projeto estruturante 2018 - 2021), desenvolvido a partir de três subprojetos que atenderam os seguintes eixos temáticos de análise: os fundamentos do Serviço Social, a formação e o trabalho profissional. Nosso foco de análise foi no Eixo dos Fundamentos, no subprojeto intitulado de “AS TENDÊNCIAS PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE OS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE”.

No referido subprojeto, buscamos analisar a concepção de Fundamentos presentes nas produções da Revista Serviço Social e Sociedade. Para isso, criamos um banco de dados que nos permitiu uma aproximação ao universo total das publicações das revistas pesquisadas, utilizando como descritores as palavras Fundamentos, Formação Profissional, Trabalho Profissional e História Profissional, a partir da identificação por títulos e palavras-chaves nos artigos em questão, acrescentando posteriormente a palavra Trabalho como critério de exclusão ou inclusão, a partir da análise detalhada dos resumos para identificar se o artigo abordava o tema Trabalho Profissional ou o tema Trabalho enquanto categoria de análise.

Desse universo, foram mapeados 246 artigos, mas apenas 02 deles atenderam a todos os critérios estabelecidos, compondo, assim, a nossa amostra. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, ancoradas na teoria social crítica.

Consideramos as ideias de Santos (2018), quando ela aponta que há polêmicas em torno da compreensão dos Fundamentos do Serviço Social, explicitando que não há, na produção do Serviço Social brasileiro, um consenso quanto à sua concepção e compreensão.

Em sua tese de doutorado, Closs (2015) evidencia que o debate teórico-metodológico marxista é transversal aos Fundamentos, expressando-se na análise da historicidade da profissão no movimento da sociedade, na compreensão da questão social a partir do processo de acumulação capitalista e na centralidade da categoria trabalho em seus sentidos contraditórios, entretanto, a mediação destas dimensões constitutivas dos Fundamentos com o universo do trabalho e da formação profissional ainda é pouco privilegiada pelas produções da área.

A relevância do tema se expressa na realização de uma pesquisa sobre o referido tema que não vem sendo privilegiado pelos pesquisadores da área, apesar da sua importância para compreender a trajetória histórica desta profissão, os seus avanços e seus recuos. Com isso, através do PIBIC e das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social/GETRAPS, tivemos proximidade com o tema, surgindo assim a inquietação para nos

debruçarmos sobre ele, considerando-o de extrema importância para a apreensão e conhecimento histórico, teórico e metodológico da profissão.

O artigo está estruturado em seis tópicos. O primeiro tópico traz, de forma sintética, o que será abordado e discutido durante o artigo, bem como ele está estruturado. O segundo tópico situa-nos no debate sobre os fundamentos do Serviço Social, trazendo considerações importantes de autoras como Maria Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra, além de autoras que construíram teses de doutorado trazendo a temática dos fundamentos, como Mariléia Goin e Thaisa Teixeira Closs.

O terceiro tópico faz uma breve retomada histórica da educação superior no Brasil, demonstrando como ela foi afetada durante a incorporação do neoliberalismo no país nos anos 1990, depois de uma década com amplos movimentos populares a favor da democracia, em uma verdadeira contrarreforma de sua estrutura. Além disso, discutimos como a educação superior foi tratada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Temer e, recentemente, pelo governo de Jair Bolsonaro, demonstrando o grande apelo à mercantilização e privatização, em sintonia com a pauta neoliberal do capitalismo atual.

O quarto tópico trata da produção do conhecimento neste contexto de contrarreforma, especificamente no Serviço Social, mostrando como este contexto repercute negativamente no Serviço Social enquanto área de conhecimento reconhecida pelas instituições de fomento, além das estratégias de resistência da categoria para não sucumbir ao obscurantismo próprio deste momento histórico.

No quinto tópico, expomos os resultados da pesquisa e por fim apresentamos as nossas considerações finais, seguidas das referências que subsidiaram a apreensão do objeto de estudo, não esgotando a discussão em si.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para o adensamento da produção teórica em torno da temática dos fundamentos, em virtude da diminuta produção sobre o tema.

## **2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO**

Para tratar do tema do presente artigo, recorremos a Santos (2018), quando ela destaca que há polêmicas em torno da compreensão dos Fundamentos do Serviço Social, explicitando que não há, na produção do Serviço Social brasileiro, um consenso quanto à sua concepção e compreensão. Razão pela qual a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vem promovendo espaços de debates sobre os Fundamentos do Serviço Social, a exemplo das mesas de debates realizadas no 1º Seminário Nacional - Fundamentos do Serviço Social, realizado no dia 06 de novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro – RJ.

Yazbek (2018), uma estudiosa do Serviço Social, por exemplo, entende que os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, realizando a interlocução entre Serviço Social e a sociedade, além de serem constituídos por múltiplas dimensões sejam elas históricas, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, fundamentadas na teoria social marxiana.

Para Closs (2015), como já ressaltado no relatório final da pesquisa (2020), existe uma relação indissociável entre história/teoria/método que é parte fundamental dos Fundamentos do Serviço Social, os quais consistem numa matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica na realidade brasileira, assentando as dimensões teórico-metodológica e ético-política que fundamenta a dimensão técnico-operativa desta profissão. Além disso, para a referida autora, os Fundamentos têm o seu alicerce na conjugação de teoria e método marxistas, o que

sustenta um projeto profissional ancorado em valores de cunho emancipatório, o que imprime o projeto ético-político profissional.

Já para Goin (2016), em um contexto que engloba os países da América Latina e o Caribe, elude que os Fundamentos caminham juntamente com o movimento histórico-social de cada país latino-americano ou caribenho, assentando e alicerçando as bases da formação e do trabalho profissional num determinado tempo histórico, expressando, direta e indiretamente, as tendências socioprofissionais. Ou seja, apesar de esses países terem traços comuns em sua gênese, “a reprodução da vida social dimana particularidades sociopolíticas aos países” (CLOSS, 2016, p. 192), configurando particularidades à profissão de acordo com a realidade concreta destes.

Santos (2018) ressalta que a compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social é informada pela perspectiva da totalidade histórica. Além disso, ela pontua que História, Teoria e Método constituem os fundamentos, sendo expressos nos “Núcleos de fundamentos da formação profissional”, sendo eles os fundamentos da vida social, fundamentos da realidade brasileira e fundamentos do trabalho profissional, essa “lógica” dos núcleos abarca o que seria a concepção dos Fundamentos do Serviço Social.

Podemos destacar ainda, de acordo com Closs (2015) e Guerra (2018) que o debate sobre os fundamentos ganha visibilidade no contexto da análise do currículo de 1982, perpassando o atual projeto de formação profissional de 1996, constituindo-se como objeto de crítica e autocrítica e explicitando as principais tendências do debate teórico-metodológico sobre a profissão na atualidade. Guerra (2018) ainda pontua que esse debate teve sua gênese na urgência de superar a tricotomia história/teoria/método, logrando a superação da visão tradicional do Serviço Social (de Caso, Grupo e Comunidade), consagrando uma nova direção social, materializada através das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996.

Portanto, o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social se torna imprescindível para a formação profissional, pois é um processo de (re)conhecimento da profissão dentro do movimento da história, em uma perspectiva dialética que nos permite visualizar esse fato, além de destacar a apreensão da totalidade das três dimensões que constituem o trabalho do assistente social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nisso, de acordo com Guerra (2018, p. 37), os fundamentos se assentam

ao interpretar o trabalho como o ato fundante do ser social e a protoforma da práxis [...], a história como processo de produção e reprodução da vida material e espiritual, a relação teleológica [...] e as causalidades, o antagonismo das classes sociais, suas lutas e formas de resistência, a questão social e suas expressões históricas.

Ainda de acordo com Guerra (2018, p. 41), “a busca dos fundamentos é o procedimento da razão ontológica, dialética que nega a aparência e destrói o fetiche que a encobre”. Buscar conhecer e apreender os fundamentos do Serviço Social é de extrema importância para compreender a profissão em sua totalidade.

A partir do exposto foi necessário realizar uma retomada, mesmo que de maneira breve, do ensino superior brasileiro, no contexto de contrarreforma, além de dissertar sobre a produção do conhecimento no Serviço Social em meio a essa contrarreforma, pois foram mediações essenciais apreendidas para melhor apreensão do objeto de estudo.

### **3 A CONTRARREFORMA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E AS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL**

A história da educação no Brasil, segundo Piana (2009), se iniciou com a chegada dos padres jesuítas, num contexto em que se tinha o predomínio da Igreja Católica na definição do

sistema educacional no país, o qual perdurou por dois séculos com uma predominância quase total. Esse sistema educacional era voltado para a divulgação do cristianismo e da cultura europeia, através dos colégios e seminários jesuítas, sendo mais um dos artífices da colonização portuguesa.

Tínhamos uma estrutura social no país que era composta “basicamente, por escravos, incluindo os trabalhadores, os senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa” (PIANA, 2009, p. 59). O único intuito dos portugueses era usar o Brasil (a colônia) para explorar suas riquezas, não tendo nenhuma intenção de prover educação ao povo local.

Os primeiros cursos superiores implantados no Brasil foram o Direito, Medicina e Engenharia, com a chegada de D. João VI ao país, em 1808, o qual modificou a política educacional que era antes adotada. Apesar da criação desses cursos superiores no território brasileiro, a criação das universidades não foi feita, sendo fundadas, apenas, anos mais tarde, em 1930. De acordo com Piana (2009, p. 62):

A expansão do ensino foi lenta e irregular, por falta de uma formulação política educacional e mesmo com a Proclamação da República, em 1889, quase não alterou esse cenário, mas houve somente investimento e expansão no ensino superior, por meio de criação de muitas escolas para a formação de profissionais liberais, em atenção aos interesses de uma classe dominante para a permanência no poder.

Com a criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1930, a educação ganhou lugar de destaque através do papel desempenhado pelo referido órgão, que era de orientar e coordenar as reformas educacionais que seriam mais tarde implementadas na Constituição Federal de 1934. As reformas foram denominadas de Francisco Campos, nome dado ao titular do projeto, e contaram “com elementos importantes, como a integração entre as escolas primária, secundária e superior, e ainda, com a elaboração do estatuto da universidade brasileira” (PIANA, 2009, p.64).

Apesar dos pequenos avanços identificados no período, o foco da educação para os filhos da classe trabalhadora era puramente prepará-los para trabalhar nas indústrias, ou seja, uma educação tecnicista, diferente da que era oferecida aos filhos da burguesia, que os preparavam para ingressar no ensino superior. Cunha (1977 *apud* Antunes E Lemos, 2018, p. 17) em sua obra “Educação e desenvolvimento social no Brasil”, destaca que existiam três tipos de “modos de relação entre a escola propriamente dita e a ideologia vigente em seu respectivo momento”. O primeiro tipo é referente ao início da sociedade capitalista, em que as escolas brasileiras eram majoritariamente destinadas para a elite; no segundo tipo há uma abertura maior para os filhos da classe trabalhadora, na pretensão de fornecer-lhes um ensino tecnicista, apenas para o mundo do trabalho; e no terceiro tipo houve um pleito por igualdade entre os currículos das escolas para a elite e para a classe trabalhadora, a fim de fazer com que pudesse existir a possibilidade de ascensão social – pautada no ideário liberal, importante frisar – e ingresso na universidade para todos.

No contexto da Ditadura Militar, apesar das repressões políticas e sociais, segundo Piana (2009), o Estado ampliou o sistema de ensino em todos os níveis. Tem-se a criação de “agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação”, além da promulgação de leis que incluíram reformas em todos os níveis de ensino, a exemplo da Reforma Universitária de 1968, em que as instituições foram organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciado da atividade de pesquisa, que pouco contribuiu para a formação com um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (FERNANDES, 1975 *apud* MARTINS, 2008).

Em 1985, tensionada pelos movimentos que reivindicavam um Estado democrático, a ditadura militar derruiu e três anos depois, em 1988, uma nova Constituição Federal foi promulgada. Nesse sentido, Piana (2009, p. 67) disserta que no referido contexto:

[...] evidenciam-se as tendências vigentes nesse período, identificando o projeto hegemônico de política educacional do Brasil contemporâneo, representado pelos ideários neoliberais, o que assinala sua maturidade por meio da privatização do sistema, especificamente para o ensino de terceiro grau.

Assim, em 1988 tivemos a promulgação de uma nova Constituição Federal, chamada “Constituição Cidadã” por muitos estudiosos da área. Na referida Constituição a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado. Conforme “os artigos 205 e 206 a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola aparece como princípio norteador da educação no país” (COSTA, 2018, p.39).

Não podemos falar da contrarreforma<sup>2</sup> do ensino superior sem contextualizá-la no cenário de crise do capital a nível mundial e suas particularidades em solo brasileiro. Com a crise de superprodução nos anos de 1970, o capitalismo necessitava de uma alternativa que o fizesse superá-la e se reinventar para poder continuar com o seu processo de acumulação, culminando na ascensão do neoliberalismo na década de 1980 em países como a Inglaterra (sob o comando de Margaret Thatcher) e nos Estados Unidos (com Ronald Reagan).

Nos países da América Latina, onde está inserido o Brasil e o que nos interessa nesse estudo, o neoliberalismo foi adotado nos anos 1990, através da deliberação do Consenso de Washington<sup>3</sup>, com o discurso de combate as crises e misérias dos países periféricos, mas na verdade trouxe uma série de “ajustes” e “reformas” para que esses países atendessem aos interesses do capital internacional. Dentre essas “reformas”, ou contrarreformas como denominaremos neste artigo, está situada a do ensino superior. Sabemos que a educação foi uma das primeiras políticas atingida nesse processo.

A ofensiva neoliberal<sup>4</sup> tomou forma ao se utilizar das orientações dos organismos multinacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para elaborar documentos que corroborem com a extração do capital dos países periféricos para os países centrais. Um dos meios principais para a realização dessa extração está na dívida pública, que, com juros propositadamente absurdos, obriga os países periféricos, como o Brasil, a retirar recursos financeiros das políticas sociais, como a da educação, para pagar a dívida que nunca tem fim.

Netto e Braz (2012, p. 246-247) apontam para este fato, comentando que:

Quando Estados periféricos e dependentes, por uma razão ou outra, encontram dificuldades para manter o fluxo de recursos para os detentores dos títulos, estes pressionam no sentido de reduzir os gastos estatais, de forma a constituir um superávit que lhes permita continuar succionando valores sob forma monetária. Não é preciso observar que esse superávit se obtém mediante a diminuição de investimentos (em infraestrutura, saúde, educação etc.), o que reduz as possibilidades de crescimento econômico. As propostas de “reformas” e “justes

<sup>2</sup> O termo contrarreforma, de acordo com Granemann (2004, p.30), são “alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contra-reformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país”.

<sup>3</sup> O Consenso de Washington foi um encontro ocorrido em 1989 nos Estados Unidos, para discutir a implementação de políticas econômicas de cunho neoliberal nos países da América Latina, que se tratou de uma maneira de atender os interesses econômicos dos Estados Unidos, através da abertura comercial e o afrouxamento de restrições econômicas (PENA).

<sup>4</sup> A ofensiva neoliberal, de acordo com Fernandes (1995), se constituiu “num movimento de reconfiguração do capitalismo neste final de século, de caráter reacionário, que visa a estabelecer um novo padrão de relacionamento entre empresa, Estado e mercado, a partir do desmonte e/ou retração das estruturas do capitalismo de Estado e dos mecanismos de intervenção/regulação estatal”.

estruturais” apresentadas aos Estados periféricos e dependentes combinam a recomendação de “cortar gastos” com a da privatização [...].

Dessa forma, a implementação do neoliberalismo fez com que se aprofundasse a mercantilização do ensino superior, os ataques à educação superior pública e gratuita, transformando a política educacional em um serviço prestado, tirando o seu caráter de direito constitucional, além de estar aliado ao projeto da classe burguesa para obter lucro e controle sobre a força de trabalho. Antunes e Lemos (2018, p.13) apontam para a problemática da contrarreforma, sintetizando o que vem sendo construído desde o parágrafo anterior:

A contrarreforma das políticas sociais demonstra funcionalidade a favor da expansão do setor privado, determinada social e historicamente. Ou seja, o sistemático desmonte das universidades públicas e incentivo às Instituições de Ensino Superior (IES) de natureza privada não se reduz a uma crise da educação a partir de uma análise isolada, mas sim de um projeto de classe – da classe burguesa –, muito bem articulado e construído historicamente, com vistas à lucratividade e controle da força de trabalho, legitimado e regulamentado pelo Estado brasileiro.

Como citado anteriormente, temos que a contrarreforma do ensino superior é impulsionada por organismos multilaterais, como o BM e o FMI. Apesar de se apresentarem como “reformas”, o que se manifesta através desses organismos são normativas para a desregulamentação e privatização da educação no Brasil. Um exemplo que elucida bem a questão levantada é o documento elaborado pelo Banco Mundial intitulado de “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”<sup>5</sup>, de 2017, que, nas palavras de Costa (2018, p.31), aponta “para uma atualização do conservadorismo no ensino superior, característico da nossa formação social, ao propor a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas”.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a presidência da República, em 1995, tem-se o aprofundamento da política neoliberal. No âmbito educacional, temos o financiamento público ao empresariado da educação através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), imprimindo “uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira” (IAMAMOTO, 2015, p.433). Ainda de acordo com referida autora a lógica tem o propósito de “compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros e excedentes” (IAMAMOTO, 2015, p.433).

Isso acaba colocando o tripé ensino, pesquisa e extensão, tripé este essencial para a formação da universidade em si, em risco de submeter-se aos interesses empresariais do setor privado. Afinal, se o setor supracitado que o financia, ele pode perfeitamente interferir na definição das linhas de pesquisa, preferindo aquelas que dão retornos imediatos, a exemplo das pesquisas nas ciências exatas, “pelo papel exercido por esse tipo de conhecimento no circuito da produção capitalista” (VIEIRA, 2019, p.94).

De acordo com Silva (2019), a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, formalizou a mercantilização da educação, abrindo espaço para o incentivo ao ensino a distância suscetível de uso em todos os níveis de ensino. A problemática do ensino a distância se concretiza não na realização, de forma plena, do tripé ensino, pesquisa e extensão, além da não materialização do caráter político através da inserção do alunado em movimentos estudantis, a exemplo da constituição de Centros Acadêmicos.

<sup>5</sup> O documento “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (2017) formulado pelo Banco Mundial, foi solicitado pelo governo federal, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores. Porém, o que podemos ver através da leitura do referido documento, é mais um artifício da política neoliberal de controle, que ataca em sua análise a educação superior e pública do Brasil.

Além disso, com a reforma do Estado, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, elaborado em 1995 pelo então ministro Bresser Pereira, “e não casualmente chamada de contrarreforma, a universidade passa a ocupar o âmbito dos serviços não exclusivos do Estado” (GUERRA, 2010, p.725), ou seja, ela deixou de se configurar como um direito e tornou-se um serviço, que pode ser privatizado.

No governo de Lula (2003-2011), e posteriormente no governo de Dilma (2011-2016), houve a continuidade da política neoliberal de desmonte da educação superior brasileira. Guerra (2010, p.726-727) pontua bem as três diretrizes que guiaram esses governos, sendo elas: “a) o financiamento público do ensino universitário privado e a expansão desmesurada de vagas [...]; b) o aumento no número de alunos e a educação à distância; c) o Sistema de Avaliação [...] Capes”.

Advindos dessas diretrizes, estão os programas criados e fortalecidos pelos governos de Lula e Dilma. Entre esses programas está o Financiamento Estudantil (FIES), que é originário do governo de FHC e que se manteve nos governos do PT; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O FIES possibilita o aumento do número de vagas em instituições privadas com o financiamento do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), dando “continuidade em sua operacionalidade, subordinando-a aos interesses do capital” (PAULA *et al.*, 2018, p.68); o PROUNI tem como função primordial a ocupação de vagas ociosas em instituições privadas do ensino superior, através de bolsas parciais ou integrais a estudantes que possuem baixa renda; e o REUNI tem como objetivo prover o acesso e permanência dos estudantes no ensino superior. Vale salientar que houve:

a expansão de vagas sem a devida infraestrutura necessária e, em alguns casos, sem provimento de concursos públicos para docentes e pessoal técnico-administrativo, gerando sérios problemas, tais como: salas superlotadas, falta de espaço físico adequado e de carteiras para os alunos, aumento da carga horária docente e da exploração da sua força de trabalho, preocupação restrita ao atendimento de metas de produtividade em detrimento da qualidade. (GUERRA, 2010, p. 727).

Paula *et al.* (2018, p.64-65) argumenta que uma nova forma de mercantilização foi estabelecida no Brasil em 2007: a inserção de fundos de investimento fez com que algumas instituições privadas de ensino começassem a “abrir capital no mercado brasileiro [...], além das fusões e compras de instituições menores por parte dos grandes grupos educacionais”. O referido movimento acarretou em uma nova expansão capitalista, a oligopolização do ensino superior, fazendo com que a educação se tornasse uma verdadeira corporação, tanto em âmbito nacional e internacional, extraíndo o lucro através de ofertas de cursos, financiamento público, e vendas de ações, tudo em nome da acumulação capitalista, de um projeto amplamente burguês.

Apesar da continuidade aos mecanismos de mercantilização do ensino superior, os governos de Lula e Dilma atuaram no sentido de ampliar e democratizar o ensino superior. Para exemplificar este fato, podemos citar o aumento do número de cotas nas universidades públicas, o que facilitou o ingresso de estudantes oriundos da classe trabalhadora e das pessoas que se autodeclararam pretas, pardas e indígenas ao ensino superior.

Além das cotas, o Programa Ciências sem Fronteiras, instituído através do Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, buscou “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2020). Com isso, foram ofertadas bolsas para que os alunos da graduação e da pós-graduação pudessem manter contato com outros sistemas educacionais, além de atrair pesquisadores do exterior, ou então firmar parceria com eles, o que expressou um grande incentivo para as instituições públicas de ensino superior.

No governo de Michel Temer, para demonstrar ainda mais o descaso do Estado com o ensino superior brasileiro, o Programa Ciências Sem Fronteiras teve seu fim decretado em abril de 2017, com a justificativa de que não tinha mais como o governo financiar o Programa por conta da alta do dólar. Ainda no referido governo, Silva (2019) indica a portaria de número 1.428 de 28 de dezembro de 2018, assinada pelo então presidente do país, trazendo em seu texto o aumento de 20% para 40% o limite de disciplinas na modalidade à distância em cursos presenciais no país, colocando em risco o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Até aqui, discorremos sobre como a lógica do capital está atuando ativamente no âmbito educacional, especialmente no que toca ao ensino superior. Seguindo o que é recomendado pelo Banco Mundial, que “orienta que nos países de capitalismo dependente o nível de ensino deve estar localizado no setor de serviços ofertados pelo mercado” (PAULA, *et al.*, 2018, p.70), a importância de uma educação inclusiva para todas as classes sociais é deteriorada a cada governança. E com o governo de Jair Bolsonaro não seria diferente. Na verdade, ele representa uma das facetas mais profundas de uma sociedade totalmente elitizada, tomada pelo obscurantismo, o forte descrédito do saber científico e brutal ataque as universidades.

No que concerne à educação superior no Brasil, o governo Bolsonaro formula o programa “Future-se”, apresentado em sua primeira versão em julho de 2019. De acordo com Vieira (2019), três eixos articulam o citado Programa, sendo o primeiro o empreendedorismo, em que o autor argumenta como as pessoas são transformadas em “empresas” empreendedoras de si, competindo com outras empresas-sujeito, com o objetivo de acumular, movido pelo interesse mercantil, mostrando que a principal preocupação de Bolsonaro e sua equipe é imprimir um caráter tecnicista à educação, focada essencialmente no empreendedorismo.

No que diz respeito ao controle de conteúdo, esse eixo nada mais é do que a tentativa de controle, girando em torno do que o governo Bolsonaro considera como doutrinação, atacando os conhecimentos advindos do marxismo e do gramscianismo. Ainda de acordo com Vieira (2019), o ataque rebate na área de humanidades, sendo feitos desde a proposta de mudança da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, que prevê a retirada da obrigatoriedade de diversas matérias do currículo obrigatório escolar, principalmente aquelas que permitem uma abordagem crítica-reflexiva, como é o caso da sociologia e da filosofia. Esse ataque se estende ao ensino superior, principalmente nas áreas supracitadas, explicitado em uma de suas declarações e do seu ministro da educação, Abraham Weintraub, no dia 26 de abril de 2019, em que sugerem a redução de verba para essas áreas e o deslocamento progressivo dos estudantes para as instituições privadas de ensino.

O terceiro e último eixo em que o Programa está estruturado, de acordo com Vieira (2019), o governo Bolsonaro alega que se tem uma maior preocupação com o ensino superior, deixando os outros níveis educacionais em desvantagem. O que acontece na realidade é uma estratégia “tipicamente mistificadora, pois parte de um dado da realidade [...] o distorce, atribuindo a responsabilidade ao ensino superior, que, na percepção do programa é superfinanciado” (VIEIRA, 2019, p. 97), excluindo quaisquer comentários sobre a dúbia porcentagem do orçamento nacional destinado à educação, os valores exorbitantes direcionados a pagar uma dívida pública que não tem fim, além de desconsiderar os dispositivos legais da Constituição Federal de 1988, que traz em seu artigo 211 a vinculação do ensino superior à União.

O Future-se passou por pequenas alterações ainda em 2019, após ser recebido com inúmeras críticas da comunidade acadêmica. Dentre as alterações, tem-se a colocação da obediência à autonomia universitária (algo já garantido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207) e a mudança de nomenclatura nas principais diretrizes, apesar de manter a essência delas. Outros ataques orquestrados pelo governo Bolsonaro em direção a educação



pública superior está explicitado no Decreto nº 9.741/19 que bloqueia recursos, em destaque os destinados para o Ministério da Educação e da Cultura (MEC); na Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nº 34/2020 que aponta para a perda de bolsas nos programas de pós-graduação; e na nomeação indevida de reitores para as universidades federais, a exemplo da nomeação do professor Valdiney Veloso Gouveia, o último colocado na consulta online, nomeado reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o qual não teve nenhum voto na lista tríplice do Conselho Universitário (CONSUNI), o que expressa o desrespeito a autonomia universitária.

O que se pode perceber através da explanação realizada, é que no atual governo tem-se o aprofundamento do desmonte das universidades públicas, em um processo muito mais denso do que nos anos de 1990, pois “a asfixia financeira se soma a uma ofensiva ideológica do obscurantismo instalado no governo que vê como inimigos a universidade pública, as iniciativas de democratização em seu interior e o próprio conhecimento produzido”. (VIEIRA, 2019, p.99).

Leher (2019, p.30) sintetiza didaticamente os aportes trazidos por Vieira:

A narrativa para desqualificar a universidade possui duas nervuras principais: 1) a crítica ideológica e 2) a acusação de que gastam demais e não estão reconhecidas como universidades de excelência, o que só seria verdade se estivessem relacionadas entre as cem melhores universidades mundiais.

Portanto, o processo de contrarreforma do ensino superior brasileiro afeta diretamente o Serviço Social. Mesmo com a consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996, da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, da implementação do Código de Ética de 1993, além do projeto ético-político que perpassa todas essas esferas, frutos de lutas da categoria profissional durante os anos 1990, o Serviço Social sofre com a crescente mercantilização do ensino superior. Isso é expresso através do “crescimento vertiginoso de cursos em IES privadas com a organização acadêmica de faculdade e também, como área de investimento privado, com os cursos de modalidade à distância (EAD)” (SAKURADA, 2018, p.109).

Em contraponto a esse cenário posto, Sakurada (2018), salienta que foram realizadas pelas entidades da categoria ações de mobilização, como a campanha “Educação não é fast-food: diga não à graduação a distância em Serviço Social”, que visava o combate da expansão desenfreada dos cursos de Serviço Social, tanto em instituições privadas de ensino, como em modalidade EAD, entre tantas outras campanhas.

Assim, para Mészáros (2008), existem dois tipos de educação: uma é a capitalista e a outra é emancipatória e libertadora. A capitalista é expressamente a educação que temos dentro do neoliberalismo, que internaliza a ideologia dominante, através da competição e da chamada meritocracia, além de naturalizar a individualidade, excluindo assim o pensamento coletivo do processo de aprendizagem. Já a educação emancipatória e libertadora é aquela capaz de nos dar as ferramentas necessárias para a superação da exploração e dominação de homens e mulheres na sociedade capitalista, construindo um pensamento coletivo e de igualdade para todos e é essa segunda que o Serviço Social vem defendendo aguerridamente.

Enfim, a seguir debateremos como o processo de contrarreforma repercute na produção de conhecimento, especificamente no que tange à área de Serviço Social, trazendo também as formas de lutas e resistências implementadas pelas entidades da categoria profissional, no sentido de preservar e ampliar os ganhos históricos nesse âmbito.

#### **4 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL EM MEIO A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR**

O Serviço Social surge no Brasil, segundo Mota (2013), na década de 1930, em decorrência das necessidades advindas do desenvolvimento do capitalismo em sua fase

monopolista, sobretudo no arcabouço ideopolítico e prático-institucional, tendo como foco o enfrentamento das expressões da questão social, através da atuação do Estado e de instituições privadas. A formação profissional nas primeiras escolas de Serviço Social não foi referenciada em nenhuma teoria científica, mas na Doutrina Social da Igreja (através das encíclicas *Rerum Novarum* (1891), escrita pelo Papa Leão XIII; e a *Quadragesimo Anno* (1931), escrita pelo Papa Pio XI) e no neotomismo, que apreendiam a questão social como um problema de ordem moral e religiosa.

Somente nos anos 1940 foi exigido um aprimoramento técnico no Serviço Social, pelo fato da criação das grandes instituições socioassistenciais. Nesse período o Serviço Social norte-americano (o chamado Social Work) passou a influenciar o Serviço Social brasileiro, com “suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista” (YAZBEK, 2009, p.4), principalmente através dos estudos de Mary Richmond.

Assim, Yazbek (2009) destaca que no Serviço Social brasileiro o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização adveio da matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social, abordando as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade, trabalhando com o aparente e com as relações invariáveis. Isto é, a matriz positivista corroborou com o tom conservador que já estava instalado na profissão, valorizando os ajustes e a conservação da ordem.

O contexto de mudanças nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais, atreladas ao desenvolvimento de um capitalismo excludente na América Latina, nos anos de 1960, imprimiram no Serviço Social uma necessidade de questionamento do tradicionalismo profissional, buscando construir um novo projeto que atendesse às necessidades advindas da classe trabalhadora. Yazbek (2009) assinala que foi nesse momento que, mesmo de forma não homogênea, a interlocução com o marxismo vai se configurar para o Serviço Social latino-americano a oportunidade de se apropriar de uma nova matriz teórica, a teoria social de Marx, apesar dessa apropriação, no primeiro momento, ter se dado de forma “enviesada”. Esse momento é designado como o Movimento de Reconceituação profissional, marco importante para o processo de construção do Serviço Social até hoje.

No Brasil, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social assumiu características mais particulares, o que levou Netto (2015) a denominar de Renovação do Serviço Social brasileiro. Para o referido autor, essa renovação vai exprimir três vertentes/perspectivas de análise: perspectiva Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura.

Segundo Netto (2015), a Perspectiva Modernizadora, de matriz positivista, surge nos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964. Nessa vertente tem-se a “tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 2015, p. 201). Não se buscava a superação dos valores e concepções de cunho tradicional, na realidade, buscava-se inseri-los numa “moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses ‘modernos’ (NETTO, 2015, p. 201). Os seminários que expressaram essa vertente foram Araxá e Teresópolis, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

A Reatualização do Conservadorismo foi a tentativa de reatualizar o caráter conservador da profissão, inspirando-se na fenomenologia, em um “consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (NETTO, 2015, p. 204). Para o citado autor, embora essa perspectiva não tenha obtido o mesmo êxito da Perspectiva Modernizadora, ela conquistou espaço em universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, por demonstrar certo distanciamento da ditadura e por atender requisições de cunho psicologizantes. A produção científica expressiva da época foram os Documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, ambos também apresentados no CBCISS.

A Intenção de Ruptura, terceira e última tendência elencada por Netto (2015), foi a que se aproximou da tradição marxista, possibilitando a profissão realizar uma leitura crítica e macrosocial. Netto (2015) elude que a audiência a essa tendência foi feita por causa do descrédito político da perspectiva modernizadora, da aproximação da categoria profissional com a classe trabalhadora e do clima efervescente do circuito universitário com a crise da ditadura. Tudo isso se tornou solo fértil para trazer à tona essa vertente que já criava nuances nos anos 1960, mas foi impedida de germinar por conta do golpe militar de 1964.

Apesar de, em um primeiro momento, a aproximação com o materialismo histórico-dialético ter sido feita de forma problemática, por conta de mediações através de fontes secundárias possuidoras de forte ecletismo, a exemplo dos estudos do filósofo Louis Althusser, a Intenção de Ruptura foi a chave para a erosão do Serviço Social tradicional e a emergência de uma profissão com senso crítico, o que repercutiu, significativamente, na qualificação da própria produção científica na área. O livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de autoria de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho é a produção de conhecimento mais significativa que marca este momento.

No decorrer dos anos 1970 e 1980 vão ser constituídos no Brasil os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), o que foi de fundamental importância para a consolidação do Serviço Social como, além de profissão, uma área do conhecimento, reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dessa forma, o período ficou marcado como o momento de maturação intelectual da profissão, principalmente por conta da adoção do materialismo histórico-dialético como base principal para tecer os estudos e pesquisas no Serviço Social. A universidade se tornou uma das protagonistas desse processo, pois teve que “redirecionar a formação profissional na perspectiva do novo perfil acadêmico-profissional requerido, o que exigiu uma progressiva vinculação do ensino à pesquisa e à extensão” (FÉRRIZ *et.al*, 2014, p. 176).

A produção de conhecimento que começava a partir de então precisava de meios para que fosse difundida entre os profissionais da área do Serviço Social. Com isso, de acordo com Prates (2013), a criação da revista Serviço Social e Sociedade, em 1979, foi de suma importância para dar conta desse processo para que se tivesse a socialização de produções a partir da década de 1980.

Ainda na década de 1980, especificamente em 1987, Prates (2013) cita a criação do Centro de Documentação em Pesquisa, Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que deu mais impulso para a produção de conhecimento na área, e sua posterior socialização nos Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS e nos Cadernos da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente ABEPSS, posteriormente substituídos pela revista *Temporalis*, em que se “privilegia o debate acerca de temas relacionados diretamente à profissão, onde se inclui o debate dos seus fundamentos e a sua relação com o ensino e o trabalho profissional” (PRATES, 2010 *apud* PRATES, 2013, p.215).

Desse modo, além da produção de conhecimento através das pesquisas e dos programas de pós-graduação, é importante salientar a vinculação da presença de periódicos em que os estudos gestados nos referidos programas são socializados tanto para a comunidade acadêmica e os profissionais da área, quanto para aqueles que possuem interesse nos temas apresentados. Conforme Prates (2013), na totalidade dos programas, existem 15 que possuem revistas a eles vinculados, como é o caso da revista *Katálisis* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a *Em Pauta* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Podemos dizer que os principais ganhos nos anos 1990 para a profissão foi a consolidação do Código de Ética (1993) que vigora até hoje; as Leis de Diretrizes e Bases Curriculares (1996); e a própria Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93). Todas

essas conquistas advindas de longos processos de superação de uma ótica hegemônica do conservadorismo e do positivismo na profissão, não que elas tenham sido excluídas, mas não vigoram mais como as principais vertentes de estudos.

Em suma, sobre a maturação teórica, podemos citar Sposati (2007, p.17) quando ela diz que:

[...] ocorreu grande esforço nas décadas de 80 e 90 em fortalecer a base científico-profissional difundida, principalmente, através do processo de desconstrução e reconstrução crítica da profissão e de seu exercício, fundando-se no aporte sócio-histórico da análise do real, que foi disseminado pelo então 'novo' currículo de formação da década de 80. Esse processo permeou a categoria pela academia, centros de formação, coletivos profissionais, encontros, debates, publicações, congressos. Foi efetivamente a construção da nova cultura crítica no âmbito da profissão e da formação profissional que tem o mérito desse fortalecimento da pesquisa para os assistentes sociais.

No que concerne à pesquisa, ela foi posta como princípio e condição da formação profissional, através da revisão do currículo mínimo de 1982, que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 (SILVA, MATIAS e NÓBREGA, 2018). Dessa forma, passa a ser cobrado ao/a assistente social uma atitude investigativa, que, de acordo com Iamamoto (2015), trata-se de:

[...] uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fujam à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas aos dogmas oficiais, a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirmem o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia. (p. 452)

Ademais, a pesquisa, conforme Iamamoto (2015) proporciona integração entre graduação e a pós-graduação, em que o ensino nessas instâncias não pode ser reduzido à transmissão de conhecimento e formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho. Assim, de acordo com Silva (2019) é necessário o fortalecimento da articulação do Serviço Social brasileiro com o internacional, na intenção de reunir forças políticas para atender aos interesses da grande maioria (a classe trabalhadora), além da defesa da instituição universitária e da unidade do Serviço Social, fator extremamente importante dentro do contexto de contrarreforma do ensino superior que vivenciamos.

Segundo Mota (2013), além de ser uma profissão, o Serviço Social é reconhecidamente uma área do conhecimento, por sua rica produção científica, bem exemplificada pelas pós-graduações existentes. Importante salientar que o núcleo dessa unidade, segundo a autora citada, é sustentado pelo Projeto Ético-Político profissional, seja através do trabalho profissional ou do papel intelectual desenvolvido pela profissão em face dos objetos de conhecimento e intervenção, que são os interesses da classe trabalhadora.

É importante pontuar que Mota (2013) não destoa profissão e área do conhecimento, ela aponta que existem patamares diferentes na intervenção social do Serviço Social, essas atuando como uma unidade, não como uma dicotomia. Reconhecer essas duas dimensões como uma unidade é entender que teoria e prática não se dissociam e combater o discurso que “desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais”, colocando-o como impróprio às necessidades da prática profissional.

A trajetória do Serviço Social, que procura realizar pesquisas ancoradas na teoria social crítica, não se esgota com os ganhos adquiridos. O processo de luta é permanente enquanto houver um sistema de exploração e de desestabilização do conhecimento crítico construindo em meio às Ciências Sociais. Um dos principais espaços da pesquisa, como citado anteriormente, é o meio acadêmico, que, de acordo com Silva, Matias e Nóbrega

(2018), acaba afetando a nossa formação profissional, através do sucateamento e aligeiramento da formação, afastando a ideia de uma universidade autônoma, o que acaba gerando implicações para a pesquisa e para o conhecimento da realidade, a fim de atender a lógica mercantil, configurando-se numa universidade operacional.

Dessa maneira, fortalecer os vínculos dos/das assistentes sociais já inseridos/as em campos de trabalho, o trabalho profissional em si, como a pesquisa, é uma forma de resistência à lógica produtivista que assola o ensino superior brasileiro. É a necessidade de fortalecer a formação profissional, que “requisita a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas neste tempo de barbárie social” (SILVA, MATIAS E NÓBREGA, 2018, p. 115).

Produzir conhecimento e realizar pesquisas ancoradas no método de Marx no Serviço Social, dentro da perspectiva da modernidade, é ir contra a ordem vigente do capital, é seguir uma direção ético-política que se alinha à classe trabalhadora, reafirmando sua direção ancorada na teoria social crítica. É, segundo Sposati (2007, p.23):

[...] perspectiva da construção de um conhecimento contra hegemônico, isto é, cuja direção social busque descrever, sistematizar, explicar o modo de vida, de viver, de luta, de organizar, de representar, de manifestar das classes populares e das situações que vivenciam perante a justiça social, a democracia e o trabalho neste terceiro milênio.

Apesar dos ganhos adquiridos durante os anos de 1980 até os dias atuais, estes não são realizados sem tensionamentos. Conquistou-se a maturidade teórica do Serviço Social com a teoria social de Marx, porém as vertentes teórico-metodológicas de origem positivista e fenomenológica não desapareceram, só não exercem mais a mesma influência que exerciam na gênese da profissão. Além delas, uma nova corrente de pensamentos passou a invadir a produção de conhecimento no Serviço Social, tensionando a direção social já construída e hegemônica, alertando-nos para a sua influência: trata-se do ideário pós-moderno, ou o pensamento pós-moderno.

De acordo com Sousa (2005), o pensamento pós-moderno não é dotado de teoria e tampouco não se pode afirmar que existam teóricos pós-modernos. É um campo de ideias distintas de homogeneidade, que apesar de não ser uma ideia recente, ganha força a partir da metade dos anos 1970, com as primeiras reflexões advindas de Jean-François Lyotard. A reestruturação do capital, desencadeada no final do século XX e desdobrando-se no início do século XXI, impôs a “necessidade de novos valores e regras de comportamento” (SIMIONATTO, 2009, p.94), surgindo assim o pensamento pós-moderno, reconhecido também como um neoconservadorismo.

Como o nosso foco não é discutir este ideário em suas particularidades e segmentações, pontuaremos duas coisas que consideramos importantes para compreender como ele influencia o Serviço Social. O primeiro é o ataque promovido às grandes narrativas, as grandes teorias sociais, principalmente ao marxismo, teoria social em que extraímos conhecimento para a produção de conhecimento dentro de uma perspectiva crítica. De acordo com Simionatto (2009, p.93):

Os teóricos pós-modernos passaram a defender a tese de que as grandes narrativas, especialmente o marxismo, estariam ancoradas numa visão dogmática e economicista, excluindo de suas análises as dimensões subjetivas dos processos sociais. Cabe lembrar, contudo, que no debate marxista a compreensão da objetividade histórica não se reduz à esfera da produção, na medida em que essa também abarca a reprodução das relações sociais entre os homens.

Além deste, Cantalice (2013) identifica os seis elementos estruturadores da pós-modernidade, ou seja, a anti-razão, a anti-totalidade, a anti-história, a anti-ontologia, o anti-

método e o antimarxismo e faz uma preocupante constatação: eles estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, denunciando a influência que este exerce em nosso campo profissional, principalmente no que tange ao trabalho profissional. Em sua tese de doutorado, intitulada de “*As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social*”, ela ressalta que:

muitos autores(as) não compreendem e não apropriam-se suficientemente do próprio método escolhido para análise, o que significa que essa escolha se dá por motivos formais (exigência metodológica) ou políticos (congruência com os indicativos políticos da profissão) e não por clareza teórico-metodológica de que esse caminho é o melhor a seguir, mediante a certeza de que ao apanhá-lo é possível apreender a realidade investigada em sua complexidade e, dessa forma, construir um conhecimento amplo e coerente capaz de esclarecer o objeto tomado como problemática de análise. O que nos leva a concluir que em alguns casos a pesquisa é realizada em alguma medida pela intuição. (CANTALICE, 2013, p.243).

Dessa forma, é fundamental reconhecer que a pós-modernidade vai de encontro a tudo que já foi construído na profissão a partir da década de 1980 até os dias de hoje, sua visão crítica, sua perspectiva de totalidade, sua maturação teórico-metodológica e ético-política, que se expressam no âmbito técnico-operativo, o Código de Ética de 1993, que traz categorias importantes como a liberdade e a justiça social, as próprias Diretrizes Curriculares de 1996, enfim, é a negação dos avanços que marcam a profissão nas últimas décadas. Não queremos dizer que o pluralismo (um dos princípios do Código de Ética) não é válido, porém é necessário o norteamto pelo nosso Projeto Ético-Político que nos elucida para que direção social caminhamos. Como expresso nos princípios que fundamentam a formação profissional (ABEPSS, 1996, p.6), temos:

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

As estratégias de resistência da categoria para os desafios colocados à produção de conhecimento na área, além da postura assumida pela própria pós-graduação, como também destaca Silva (2019), está à constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisas, os chamados “GTPS” - vinculados a ABEPSS, que são espaços que reúnem diversos pesquisadores tanto do Serviço Social como de áreas afins, que tratam de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promovendo debates sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade (ABEPSS, 2020). Os GTPS estão articulados em oito eixos temáticos, um dos quais é intitulado de Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, em que se situa o nosso tema de estudo.

Articulado à estratégia de resistência, podemos citar ainda o projeto ABEPSS Itinerante, principalmente o realizado na Gestão 2014/2016, em que os fundamentos do Serviço Social tiveram destaque (SANTOS, 2018). Esse projeto tem como objetivo fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, através da difusão dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (ABEPSS, 2020). E, também, trazendo um pouco mais para a atualidade, a ABEPSS vem promovendo o ABEPSS AO VIVO (2020), que traz *lives* sobre os diversos temas que

constituem o Serviço Social, uma forma de fortalecer o debate, a interlocução e a produção do conhecimento na categoria profissional no contexto de pandemia do COVID-19<sup>6</sup>.

Com isso, fica claro o comprometimento das entidades da categoria profissional com a produção de conhecimento crítico, fortalecendo espaços de debate e de articulação política, norteando um projeto de formação profissional que privilegie a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, para que assim se distancie da modalidade de Ensino à Distância, que, como vimos anteriormente, é uma das ferramentas do neoliberalismo para sucatear as instituições públicas do ensino superior.

## **5 OS ACHADOS DA PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**

Para fortalecer a produção de nosso artigo, foi construída até aqui uma interlocução com os temas da contrarreforma do ensino superior e a produção de conhecimento no Serviço Social. A partir disso, apresentaremos neste tópico como se deu a sistematização e análise das amostras utilizadas para a construção da pesquisa de iniciação científica, feita entre 2018 e 2019, além de identificar qual eixo está sendo priorizado na produção do conhecimento e apreender qual é a concepção de Fundamentos do Serviço Social publicada nos artigos na revista Serviço Social e Social, artigos estes que compuseram a nossa amostra. Os dados a seguir elucidados foram extraídos do relatório final para o XXVI Encontro de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba.

A pesquisa realizada se fundamentou na teoria social crítica, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo, realizando sucessivas aproximações na tentativa de reproduzir, no âmbito do pensamento, a riqueza e complexidade do movimento do real. Importante ressaltar que a teoria social crítica adota o método de análise fundamentado na razão dialética, tendo como eixo categorial a totalidade, a contradição, a mediação e a historicidade (SILVA e NÓBREGA, 2019).

Para tal, foram utilizadas como suporte teórico para a pesquisa, as produções dos autores que estudam o Serviço Social brasileiro, como Marilda Iamamoto, Maria Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Ivete Simionatto, dentre outros, em um processo de investigação que teve um extenso levantamento bibliográfico de fontes críticas e analíticas sobre o Serviço Social brasileiro.

Destarte, em termos metodológicos, a investigação caracterizou-se como bibliográfica e documental. Consideramos como material empírico os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade. Para isso, faz-se importante incluir um pequeno adendo sobre a referida revista, afinal, ela é um dos periódicos mais importantes do Serviço Social, em termos de difusão do conhecimento, tanto para docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, quanto para aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Segundo Raichelis *et al.* (2019, p. 498), a revista surgiu em “um contexto de grande efervescência social e política”, afinal, estávamos chegando aos últimos anos da ditadura militar, além de que o seu ano de criação coincide com o de realização do Congresso da Virada, um marco histórico para o Serviço Social, pois foi a partir dele que se passou a

---

<sup>6</sup> Apenas para situar o leitor, a COVID-19, também conhecida como Coronavírus, é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (nCoV-2019) foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Considerada uma doença grave e altamente contagiosa, tomou caráter de pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, fazendo com que vários países decretassem a quarentena, a fim de conter o avanço da doença. Com isso, muitas atividades foram suspensas e a internet acaba se tornando uma grande aliada para dar continuidade a produção do conhecimento.

incorporar o referencial marxista na produção teórica da área. O maior desafio da revista atualmente, de acordo com Raichelis *et al.* (2019), consiste em permanecer ativa nos debates e embates da profissão, mantendo o compromisso com o desenvolvimento intelectual e cultural da categoria profissional, na perspectiva acumulada pela direção social do Projeto Ético-Político, sem esquecer-se da gama de assistentes sociais que encontram-se cada vez mais coagidos ao mercado de trabalho precário, além de combater a massificação das famosas *fake news* no âmbito profissional.

No ano de 2020, a revista chega ao número de publicação 139, entretanto, como recorte para o levantamento e análise do material coletado, privilegamos o espaço temporal que compreendeu os anos de 2010 a 2017, período em que se encontravam disponíveis eletronicamente os exemplares da referida revista, tendo sido possível identificar a existência de 30 exemplares que vão do número 101 a 130.

Desse recorte, identificamos um total de 246 artigos, com títulos e temáticas diversas. Contudo, considerando que o período destinado ao desenvolvimento da pesquisa foi de apenas 01 ano, estabelecemos critérios quantitativos e qualitativos para definição da amostra, os quais nos permitiram uma representação da realidade adequada para os propósitos da investigação.

Nesse sentido, criamos, como dito anteriormente, um banco de dados que nos permitiu uma aproximação do universo total das publicações das revistas pesquisadas utilizando como descritores as palavras Fundamentos, Formação Profissional, Trabalho Profissional e História Profissional, a partir da identificação por títulos e palavras-chaves nos artigos em questão. Porém, esta identificação através dos descritores não foi suficiente no processo de mapeamento do material a ser analisado, uma vez que, em alguns trabalhos encontrados, constatamos a palavra Trabalho retratada no título/palavra-chave. Para tanto, utilizamos como critério de exclusão ou inclusão a análise detalhada dos resumos para identificar se o artigo abordava o tema Trabalho Profissional ou o tema Trabalho enquanto categoria de análise.

Verificamos também no universo pesquisado que alguns artigos foram publicados em línguas estrangeiras, entretanto, eles não foram incluídos na amostra, embora o endereço eletrônico disponibilizasse as suas traduções.

Assim, dos 246 artigos identificados, apenas 30 atenderam aos critérios estabelecidos inicialmente. Destes, 19 apresentaram as palavras Formação/Formação Profissional; 09 utilizaram como descritores as palavras Trabalho Profissional/Prática Profissional; 01 utilizou Fundamentos/Formação/História Profissional como descritores; e 01 fez o uso do descritor História Profissional. Dos 30, apenas 03 não se caracterizaram como artigos que atendessem aos critérios da pesquisa.

Como o propósito da investigação era identificar os artigos que trouxessem os Fundamentos do Serviço Social brasileiro como foco, somente 02 artigos atenderam a todos os critérios pré-estabelecidos, compondo, assim, a nossa amostra, sendo eles os que têm como descritores e palavras-chaves “Fundamentos/Formação/História” e “História Profissional” por compartilharmos das ideias dos autores que incluem a História como Fundamento da profissão.

Dessa forma, nossa amostra ficou composta pelos seguintes artigos: “Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional” de autoria de Graziela Scheffer, publicado no ano de 2016; e “80 anos do serviço social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão” de autoria da Marilda Villela Iamamoto, 2017.

Para ordenarmos e analisarmos as informações contidas nos artigos citados, elaboramos um roteiro para leitura dirigida. Na sistematização e análise crítico/analítica pormenorizada de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais significativos, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuem a mediação entre a essência e a aparência do objeto de estudo.



Com isso, as informações analisadas no banco de dados nos levaram para os seguintes resultados: com 19 artigos, o eixo da Formação Profissional vem sendo priorizado nas publicações da Revista Serviço Social e Sociedade, o que nos possibilita inferir que no conjunto dos artigos analisados predomina a discussão sobre a Formação Profissional.

A respeito dos Fundamentos, nosso objeto de análise, constatou-se sua secundarização, pois apenas 01 artigo tratou, especificamente, sobre a temática e 01 que discute a História do Serviço Social. Isso confirma a tendência já identificada na tese de doutorado de Closs (2015), em que ela aponta para a reduzida produção de conhecimento sobre os Fundamentos do Serviço Social.

Inicialmente, podemos deduzir, de acordo com o que já foi trazido por Silva (2019) em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), resultante da mesma pesquisa, que o reduzido número de artigos que tratam do tema poderá estar relacionado com a influência do ideário pós-moderno na profissão, o qual não privilegia a busca pelos Fundamentos, priorizando o efêmero, buscando a aparência e desprezando a essência.

A despeito disso, é importante frisar o empenho realizado pelas entidades da categoria profissional para superar esse aspecto, como já dito anteriormente, a exemplo da realização do “I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social”, em novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (RJ), que buscou estimular estudos sobre os Fundamentos da Profissão. Inclusive, já se tem um fruto colhido impulsionado pelo referido Seminário: a publicação da coletânea “Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica” publicada pela Editora Papel Social, no ano de 2018.

Em 2020, no ABEPSS AO VIVO, transmitida pelo canal do *youtube* da ABEPSS, nomeada de TV ABEPSS, teve-se uma discussão enriquecedora sobre a temática dos Fundamentos, intitulada de “Precisamos discutir os fundamentos da profissão para responder ao tempo presente”, o que denota a urgência do tema para a categoria profissional. Teve como expositoras Leila Benício, Maria Carmelita Yazbek e Yolanda Guerra, as duas últimas sendo grandes referências no Serviço Social, principalmente no eixo dos Fundamentos.

Sobre a concepção de Fundamentos, o primeiro artigo que compôs a amostra, intitulado de “Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional”, de autoria de Graziela Scheffer (2016), fruto de estudo exploratório, retratando a história das pioneiras do Serviço Social do Rio de Janeiro, destaca especificadamente uma das primeiras assistentes sociais negras do Brasil, Dona Ivone Lara.

No processo de desenvolvimento do artigo, a autora resgata as protoformas laicas do Serviço Social, em que se houve a separação do Estado e da Igreja Católica, “acompanhado por estruturas de cientificidade racional na república brasileira na trilogia educar, cuidar e assistir” (Scheffer, 2016, p. 477), características que foram naturalizadas ao feminino, repassando-as para o mercado de trabalho, em que se tem a inserção da mulher em profissões consideradas “femininas”, a exemplo do próprio Serviço Social. Disto, ela continua a discussão aprofundando sobre a vida de Dona Ivone Lara, entrelaçando-a com a historicidade do Serviço Social no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro na década de 1930, destacando o viés tecnicista e autoritário que se tinha sobre as classes subalternas na época. Entretanto, apesar do caráter reformista que as pioneiras, como a Dona Ivone Lara, tinham, por partilharem das transformações societárias advindas do capitalismo, elas foram de extrema importância para o Serviço Social brasileiro e para o avanço das políticas sociais nos limites estruturais da época. Assim, apesar de o artigo não se debruçar especificadamente sobre os Fundamentos do Serviço Social, ele acaba abarcando o tema ao trazer a história profissional de Dona Ivone Lara, inserida na categoria da totalidade.

No segundo artigo, de autoria de Marilda Iamamoto (2017), intitulado de “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, a discussão centra-se em contextualizar o Serviço Social em tempos de crise econômica e política no país, trazendo a

investida contra os direitos trabalhistas, a recorrência à privatização das instituições públicas, salientando as mais diversas formas de resistências encontradas pela classe trabalhadora na tentativa de frear as desigualdades sociais, a exemplo da luta dos trabalhadores sem-terra e o movimento das mulheres que lutam contra a opressão e pelo reconhecimento dos seus direitos.

Iamamoto (2017) faz a retrospectiva aos 80 anos da profissão, apresentando um quadro da situação atual do trabalho e formação acadêmica no Serviço Social brasileiro, destacando que temos: 160 mil profissionais na área, sendo o segundo maior contingente no contexto mundial; uma sólida organização acadêmica e profissional; a construção de uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos; o reconhecimento do Serviço Social pelas agências de fomento como uma área do conhecimento; a formação profissional em nível superior e a pós-graduação *stricto-sensu*; e a maturidade da profissão, dada a sua contribuição à produção de uma massa de conhecimento crítico. Registram-se também os desafios enfrentados pelo Serviço Social, como a modalidade do Ensino à Distância, que aligeira e desqualifica a formação profissional, reafirmando a necessidade da qualificação profissional que exige voltar a atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe, na qual o próprio assistente social está inserido.

Assim, como também constatou Silva (2019), percebemos que os artigos supracitados trazem uma concepção de “Fundamentos”, relacionada à teoria, história e método, com a história profissional trazida por Iamamoto (2017) e a separação da Igreja Católica e do Estado, trazida por Scheffer (2016). Essa análise crítica, ancorada na categoria da totalidade, está em sintonia com as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

Em suma, os resultados da pesquisa reafirmam os achados de pesquisas realizadas anteriormente, ou seja, o tema dos fundamentos do Serviço Social não vem sendo privilegiado na agenda de pesquisa da profissão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apreender a produção de conhecimento acerca dos Fundamentos do Serviço Social, presente no material analisado na pesquisa realizada no mais significativo periódico do Serviço Social, a Revista Serviço Social e Sociedade. Para tanto, fizemos a conexão com a contrarreforma do ensino superior e como ela afeta diretamente o Serviço Social. Ademais, ressaltamos a importância da pesquisa na área para a produção de conhecimento, além das estratégias de resistência ao ideário neoliberal (que é a fonte da contrarreforma), construídas pela categoria profissional.

É de suma importância buscar pelos Fundamentos nesse momento histórico, em que o efêmero, o passageiro e o pragmatismo estão sendo evidenciados e almejados. É necessário irmos além da aparência, buscar a essência, para entendermos o movimento do real em sua concretude. Guerra (2018) já colocava que buscar os fundamentos é procedimento da razão ontológica, que nega a aparência e destrói o fetiche que a encobre.

Ressaltamos também a importância da pós-graduação como um valioso espaço para a produção de conhecimento na área e para o fomento dos periódicos essenciais para a socialização do conhecimento produzido nas áreas do Serviço Social e afins, em busca de se obter uma formação crítica, que reconheça que prática e teoria não se dissociam. E esse reconhecimento é dado principalmente pela leitura de Fundamentos atrelada aos ditames das Diretrizes Curriculares de 1996.

Importante também estimular o perfil de alunado que expresse interesse na temática dos Fundamentos, principalmente através do projeto de iniciação científica, que se configura no primeiro contato do estudante com a pesquisa. Afinal, sendo uma profissão de caráter generalista, faz-se necessário ter este estímulo para formarmos pesquisadores que se

debruçam sistematicamente sobre temas que possam instrumentalizar o trabalho profissional e fortalecê-la enquanto área de conhecimento.

Por fim, estudar, pesquisar, entender os Fundamentos do Serviço Social foi uma experiência engrandecedora que não se esgota aqui. É necessário o estudo permanente, atrelado ao movimento do real, ao norteamento do Projeto Ético-Político profissional, que situa o Serviço Social em uma sociedade dividida por classes, comandada por um sistema excludente e destrutivo, que sempre está buscando alternativas para manter-se.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Andressa; LEMOS, Esther. A Contrarreforma no Ensino Superior Brasileiro: determinantes históricos. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 18, n.35, jan/jun2018, p.12-28.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL ABEPSS. **Home/GTPs**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/gtps.html>>. Acesso em: 23 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL ABEPSS. **Home/ABEPSS ITINERANTE/Histórico**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>>. Acesso em: 23 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Cadernos ABEPSS. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Programa Ciências Sem Fronteiras**. Disponível em: <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.xhtml;jsessionId=0UhD4svjXX0BF13SnMhraydI.sucupira-213?areaAvaliacao=32>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resposta Nacional e Internacional de enfrentamento ao novo coronavírus**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/linha-do-tempo>. Acesso: 06 dez. 2020.

CANTALICE, Luciana. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 245 f.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2015. 253 f.

COSTA, Fabiana. As particularidades do Ensino Superior Brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. *In: Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 18, n. 35, jan/jun2018, p.29-45.

FERNANDES, Luís. Os fundamentos da ofensiva neoliberal. *In: Revista Princípios*, São Paulo, nº39, p. 16-20, out/nov/dez, 1995. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/39/cat/1689/os-fundamentos-da-ofensiva-neoliberal-.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FÉRRIZ, A. F. P; PATRIOTA, L. M. SILVEIRA, S. A. S (org). **O curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica**. 21º edição. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 171-196.

GRANEMANN, Sara. Necessidades da Acumulação Capitalista. *In: Revista Inscrita*, CFESS, Ano VI, nº 9, p.29-32, 2004. Disponível em: [https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess\\_9](https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess_9). Acesso em: 26 out. 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América latina e no caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2016. 216 f.

GUERRA, Yolanda. A Formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo; Cortez, n. 104, out/dez 2010, p.715-736.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In: GUERRA, Yolanda. et al. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez, jan./abr. 2017, p. 13-38.

LEHER, R. **Autoritarismo Contra a Universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1º ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *In: Revista Educação & Sociedade*. Campinas, v.30, n.106, jan./abr. 2009, p. 15-35

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2º edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálysis*. UFSC: Florianópolis, v.16, n. esp, 2013, p.17-27.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8º edição. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil Pós-64**. 17º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAULA, Alisson *et al*. A privatização da educação superior brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial. *In: Revista Universidade e Sociedade*. Editora ANDES. Brasília, n.62, 2018, p.60-73.

PENA, Rodolfo F. Alves. Consenso de Washington. **Mundo Educação**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 26 out. 2020.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 57-83.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. Editorial. *In: Textos & Contextos*, Porto Alegre, PUCRS, v.12, n. 2, p. 213-220, jul/dez. 2013.

RAICHELIS, Raquel *et al.* Revista Serviço Social & Sociedade: 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. Editora Cortez. São Paulo, v. s/v, n. 136, p. 497-517, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n136/0101-6628-ssoc-136-0497.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SANTOS, Claudia Mônica. **Prefácio**. *In: GUERRA, Yolanda. et al. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 11-18.

SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. **Serviço Social e Formação Profissional: um estudo sobre o ensino dos fundamentos do trabalho profissional em Serviço Social no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2018. 232 f.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 127. São Paulo: Cortez, set./dez. 2016. p.476-495.

SILVA, Anderson Carlos dos Santos. As concepções sobre os fundamentos do serviço social brasileiro presentes na produção científica da área na atualidade: experiência de iniciação científica. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)** – Curso de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, 2019.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplício C.; NÓBREGA, Mônica Barros da. Pesquisa e Conhecimento da Realidade no Serviço Social. *In: Revista Temporalis*, Brasília (DF), ABEPSS, ano 18, n. 35, jan./jun. 2018, p. 105-118.

SILVA, Yanca Virgínia Araújo; NÓBREGA, Mônica Barros. As tendências presentes na produção científica do serviço social brasileira sobre os fundamentos da profissão na atualidade. **XXVI Encontro de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba**. Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. *In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS.2009, p. 143-163.

SOUSA, Adrianycy Angélica S. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? *In: Revista Temporalis*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 10, jul./dez., 2005, p.51-81.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *In: Revista Katálisis*. Ed. UFSC, Florianópolis, v.10, n. esp, 2007, p.15-25.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil. **Volume I: Síntese**. Washington, DC, 2017. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/884871511196609355/volume-i-s%c3%adntese>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

VIEIRA, Rafael. O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. *In: Revista Universidade e Sociedade*. Editora ANDES. Brasília, n.64, 2019, p.90-101.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009<sup>a</sup>, p. 143-163.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In: GUERRA, Yolanda. et al. Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 47-84.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vanderli e Silvano, pelo apoio e pelo suporte durante a primeira parte da minha trajetória acadêmica.

Aos meus parceiros de estágio e amigos para a vida, Lyzandra e Nícollas Obrigada pelas tardes vividas na Vara da Infância e Juventude, e pelo suporte mútuo nessa etapa.

Às amigadas de Gabriely e Maria Helena, que, junto com Lyzandra, formaram o nosso pequeno grupo já no ano final da graduação. Obrigada por me deixarem dividir um pouco da minha aflição em construir essa última etapa tão importante da vida acadêmica.

A minha orientadora Mônica Barros da Nóbrega, por ter aceitado essa ‘missão’ em me orientar na construção do referido trabalho e enriquecer a minha capacidade de pensar com os seus ensinamentos em sala de aula.

As professoras Thereza Karla e Patrícia Crispim por terem aceitado o convite para participar da banca para a defesa deste artigo e pelas valiosas sugestões a ele.

A Viviane e a Marceane pela orientação zelosa no estágio, realmente fazendo valer a atribuição de supervisora de estágio. Vocês fizeram com que toda turbulência desse processo fosse suportável.

A mim, em um pequeno reconhecimento próprio da minha persistência em continuar, mesmo durante momentos difíceis.

Aos/as professores, professoras, todos e todas que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização da minha graduação.

E por último, porém não menos importante, ao Pai celestial por ter me concedido a força, dedicação e coragem que eu tanto pedi e ansiei.

Gratidão!